

COTAS NO RS

1,2 mil novas vagas em universidades federais

Beneficiados pelas ações afirmativas são alunos egressos de escolas públicas

MARCELO GONZATTO e ROBERTO AZAMBUJA

Pelo menos 1,2 mil novas vagas de universidades federais deverão estar à disposição de candidatos egressos de escolas públicas no ano que vem no Estado.

Esse montante se refere à ampliação das cotas promovida pela lei publicada ontem no Diário Oficial em relação ao que existe hoje no Estado, já que em 2013 todas as instituições federais deverão reservar no mínimo 12,5% das suas vagas para as ações afirmativas.

A partir de 2016, quando será destinado um percentual de pelo menos 50% ao programa, deverão somar 5,3 mil vagas a mais. A medida prevê a implantação progressiva da medida nas 59 universidades federais do país. As principais instituições gaúchas informaram, ontem, que estão estudando o texto da legislação. Reuniões serão realizadas nas próximas semanas

para detalhar como será feita a adequação do próximo concurso às novas determinações.

Estabelecimentos como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que já prevê 30% das vagas para cotistas, terão menos dificuldade. A ideia é formar um grupo de trabalho reunindo a Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente de Seleção (Coperse) e a Procuradoria da universidade para analisar a questão.

— Estávamos aguardando o decreto e, a partir de agora, vamos estudá-lo. Por meio desse grupo, promoveremos uma sugestão de adaptação — sustenta o vice-reitor, Rui Vicente Oppermann.

Segundo Oppermann, a UFRGS não precisará adotar medidas de adaptação para o Vestibular 2013. Em outros estabelecimentos, como a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que aguardava a publicação da lei para iniciar seu programa de ações afirmativas, o impacto deverá ser bem maior.

— Ainda não temos um ação prevista, mas o mínimo da exigência

certamente será atendido já em 2013 — afirma o pró-reitor de graduação da UFPEL, Cláudio da Cunha Duarte, em relação ao percentual inicial de 12,5%.

Critérios econômicos e raciais também serão observados

A lei federal prevê reserva também por critérios econômicos e raciais. A definição da etnia levará em conta apenas a autodeclaração do candidato, conforme o ministro da Educação, Aloizio Mercadante:

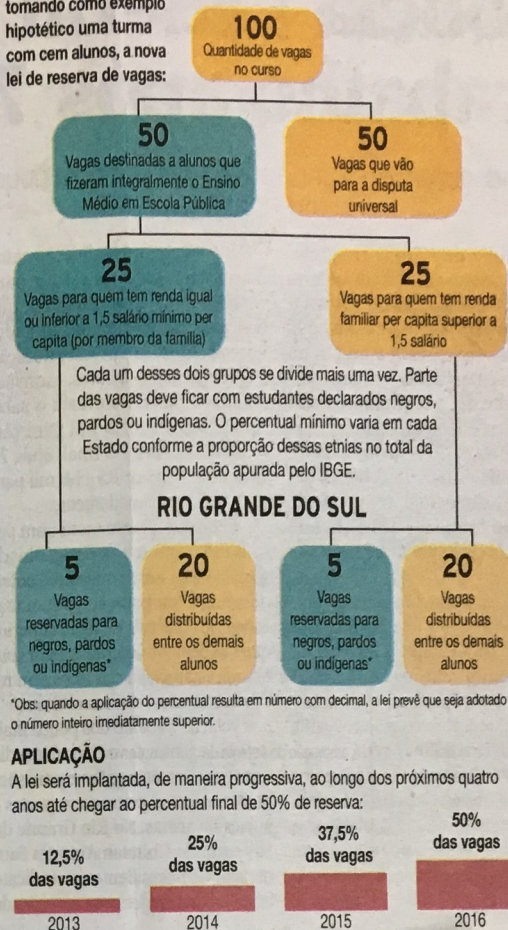
— Se nós tivermos algum problema de forma importante, seguramente poderemos avaliar outras medidas.

Metade das vagas reservadas será destinada a alunos cuja família tenha renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. O ministro afirmou ainda que os novos cotistas deverão ter aulas de reforço para garantir um bom desempenho acadêmico.

marcelo.gonzatto@zerohora.com.br
roberto.azambuja@zerohora.com.br

Como será a distribuição

Veja como vai funcionar, tomando como exemplo hipotético uma turma com cem alunos, a nova lei de reserva de vagas:



O impacto nas universidades federais gaúchas

Veja, com base em estimativas, como deverá ser ampliado o número de vagas para cotistas e o impacto disso nas sete instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul:

1. INSTITUIÇÃO	UFRGS	UFPEL	UFCSPA	UFFS	UFSM	UNIPAMPA	FURG
2. COMO É O SISTEMA ATUAL	A universidade reserva, atualmente, 30% das vagas para a política de ações afirmativas. Destas, metade vai para oriundos da rede pública, e o restante para egressos de escola pública autodeclarados negros. Indígenas contam ainda com reserva de vagas especial.	A Universidade Federal de Pelotas não adotava sistema de cotas. A instituição aguardava a publicação do decreto do governo federal para avaliar o que seria feito e iniciar o processo seletivo para 2013. O tema deverá ser discutido pela instituição na semana que vem.	A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre não contava com reserva de vagas para políticas afirmativas. Conforme a pró-reitoria de Graduação, a decisão sobre como a seleção será feita em 2013 deverá ser tomada em uma reunião em 8 de novembro.	A Universidade Federal da Fronteira Sul não adotava reserva de vagas para a política de ações afirmativas. Alunos que cursaram o Ensino Médio em escola pública, segundo a assessoria de imprensa, ganhavam entre 10% e 30% de bonificação na pontuação final do Enem.	A instituição reserva 20% das vagas para egressos de escola pública, 15% para afrobrasileiros de qualquer sistema de ensino e 5% para pessoas com deficiência, além de 10 vagas suplementares para indígenas. A instituição está estudando como vai se adaptar aos critérios da lei.	Já reserva metade das vagas para programas de ação afirmativa, embora com enfoque um pouco diferente daquele previsto na lei: beneficia alunos negros, indígenas e com necessidades especiais de educação. A instituição anuncia que fará ajustes para se adaptar.	A Universidade Federal de Rio Grande não conta com programa de cotas, mas oferece um sistema de bonificações de até 6% sobre a pontuação de cada prova do Enem (utilizado para acesso à instituição). A pró-reitoria de Graduação não pôde se manifestar sobre o assunto ontem.
3. IMPACTO ESTIMADO EM 2013	Não deverá haver mudança na proporção de reserva de vagas, já que a instituição supera o mínimo previsto para o ano que vem. Das 5.424 vagas previstas no vestibular 2013 da UFRGS, 1.627 (30%) dão preferência a candidatas cotistas.	Conforme a pró-reitoria de graduação, embora o assunto vá ser definido apenas nos próximos dias, é certo que será atingido — pelo menos — o índice mínimo de 12,5% para cotas do primeiro ano. Isso representa 483 das 3.866 vagas oferecidas este ano.	Se for aplicado o percentual mínimo de 12,5% de vagas para a política de ações afirmativas no primeiro ano, e o ingresso de 448 novos estudantes for mantido em 2013, a mudança representaria a reserva de pelo menos 56 vagas na instituição.	Foram oferecidas 745 vagas nos dois campi localizados no Estado este ano. Se o número se mantiver no próximo ano, como a reitoria promete já reservar 50% das novas vagas, representaria pelo menos 372 novas cadeiras para cotistas.	A Universidade Federal de Santa Maria já supera o mínimo de 12,5% de vagas reservadas previsto pelo governo para o ano que vem. Por isso, não deve haver aumento no número de vagas reservadas em relação ao que existe atualmente.	Como a Unipampa conta com programa de ações afirmativas desde 2008 e reserva 50% das possibilidades de acesso, não deve haver impacto em relação ao número de vagas disponíveis na última disputa da universidade federal.	A FURG ofereceu 2.439 vagas no concurso deste ano. Se o número se mantiver, e se for atendido o percentual mínimo de 12,5% de reserva para cotistas, serão criadas, pelo menos, 305 vagas para políticas afirmativas na instituição.
4. IMPACTO ESTIMADO ATÉ 2016	A ampliação do sistema de ações afirmativas de 30% para 50% deverá criar, no mínimo, em comparação com 2013, novas 1.085 vagas para cotistas na universidade.	A implantação integral da lei do governo federal representará a reserva de 1.933 vagas, que hoje se encontram disponíveis para acesso universal aos candidatos.	A implantação do índice final de metade das vagas para o sistema de políticas afirmativas representará 224 cadeiras reservadas para ingressantes cotistas na universidade.	Como pretende se adequar ao índice máximo previsto na lei em 2013, vagas para cotistas tendem a se manterem as mesmas — salvo se houver ampliação no número total de vagas abertas.	A implantação total da cota de 50% representaria, com base nas cerca de 4,7 mil vagas oferecidas hoje, mais 470 cadeiras para as políticas afirmativas além do que há hoje.	Como a universidade já reserva 50% das vagas existentes para os programas de política de ações afirmativas, não há impacto previsto em relação aos concursos atuais.	Quando o percentual chegar a 50%, mantido o universo atual de ingressantes, seriam criadas pelo menos 1.219 vagas para a política de ações afirmativas.